



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANA PRISCILA DE SÁ BRITO

**INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: SISTEMA DE COTAÇÃO ELETRÔNICA EM
UMA ESCOLA ESTADUAL DO CEARÁ**

REDENÇÃO

2020



UNILAB

Universidade da Integração Internacional
da Lusofonia Afro-Brasileira

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA - UNILAB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS-ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANA PRISCILA DE SÁ BRITO

**INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: SISTEMA DE COTAÇÃO ELETRÔNICA EM
UMA ESCOLA ESTADUAL DO CEARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Graduação em
Administração Pública da UNILAB, como
requisito parcial para obtenção de título de
Bacharel em Administração Pública.

ORIENTADOR: PROF. DR. LUIS MIGUEL DIAS CAETANO

REDENÇÃO

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Brito, Ana Priscila de sa.

B862i

Inovação no Setor Público: Sistema de Cotação Eletrônica em uma Escola Estadual do Ceará / Ana Priscila de sa Brito. - Redenção, 2020.

48f: il.

Monografia - Curso de Administração Pública - Semestral, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Luis Miguel Dias Caetano.

1. Inovação. 2. Tecnologia. 3. Cotação Eletrônica. 4. Gestão Escolar. I. . II. Título.

CE/UF/BSCA

CDD 371.2

ANA PRISCILA DE SÁ BRITO

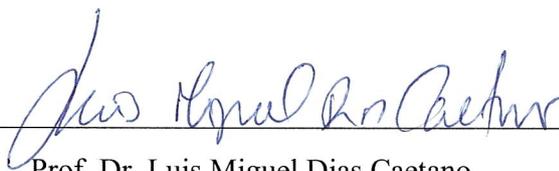
**INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: SISTEMA DE COTAÇÃO ELETRÔNICA
EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO CEARÁ**

Monografia julgada e aprovada para obtenção de Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

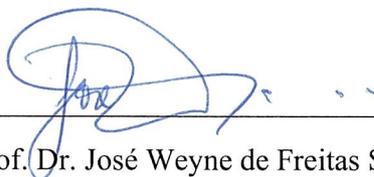
Data: 29/01/2020

Nota: 9,0

Banca Examinadora:



Prof. Dr. Luis Miguel Dias Caetano



Prof. Dr. José Weyne de Freitas Sousa



Mestra Vanessa Ingrid da Costa Cardoso

*À Deus, que no seu tempo realiza sempre
mais do que esperamos.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela saúde e graça de superar tantas dificuldades e realizar tantos sonhos.

À minha família, meus pais Ana Célia e Alberto, meus irmãos Jonathan, Felipe e Maria Isabel e minha tia Anaélia, vocês são a base dessa realização.

Aos meus colegas de Universidade, em especial à Cristina Bezerra, Raynara Ferreira, Geórgia Nogueira, Nátila Freire, Dyego Souza, Stênio de Lima, Rodrigo Bezerra, Sávio Nepomuceno, e tantos outros amigos e amigas que conquistei nesse período de aprendizado, vocês foram essenciais para que este momento fosse possível, estarão para sempre em meu coração.

Aos professores da Universidade, em especial ao meu orientador, o professor Dr. Luis Miguel Dias Caetano, que contribuiu diretamente para a realização deste trabalho, agradeço a dedicação e paciência.

À todos os funcionários da Escola Maria do Carmo Bezerra, em especial aos membros do Núcleo Gestor que me abraçaram e apoiaram durante esta caminhada.

Ao Diretor e Professor Fernando, pela oportunidade do trabalho, onde aprendo a cada dia o valor das oportunidades, meus sinceros agradecimentos pelo apoio prestado nesse período.

Por fim, a todos que contribuíram para que mais essa etapa em minha vida fosse concluída.

INOVAÇÃO NO SETOR PÚBLICO: SISTEMA DE COTAÇÃO ELETRÔNICA EM UMA ESCOLA ESTADUAL DO CEARÁ

RESUMO

O desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação tem modificado os processos e ferramentas utilizadas por diversas instituições, incluindo o setor público. O aperfeiçoamento e a inclusão de novos sistemas têm reestruturado as operações e os serviços oferecidos à sociedade, ampliando o alcance e o papel das inovações tecnológicas. Nesse contexto, o presente trabalho tem por objetivo estudar a contribuição do Sistema de Cotação Eletrônica na aquisição de bens e contratação de serviços na gestão pública escolar. A partir deste objetivo, foi realizado um estudo de caso de natureza descritiva na Escola de Ensino Médio de Tempo Integral Maria do Carmo Bezerra, o que contribuiu para uma visão ampliada da utilização do sistema, além de análise bibliográfica e documental, como forma de embasar o sentido de inovação aplicado ao sistema. Para complementação da pesquisa foi realizada entrevista com o gestor escolar, no intuito de compreender em quais aspectos o sistema de cotação eletrônica contribuiu para melhorias da gestão. Por fim, a partir da pesquisa foram identificadas contribuições importantes pela utilização do sistema nas aquisições de bens e serviços junto à Escola Maria do Carmo Bezerra, como de contribuições na melhoria da gestão escolar, intensificando a importância das Tecnologias e da Inovação para a gestão pública.

Palavras-chave: Inovação. Tecnologia. Cotação Eletrônica. Gestão escolar.

INNOVATION IN THE PUBLIC SECTOR: ELETRONIC QUOTATION SYSTEM IN A CEARÁ STATE SCHOOL.

ABSTRACT

The development of Information and Communication Technologies has modified the processes and tools used by several institutions, including the public sector. The improvement and inclusion of new systems have restructured the operations and services offered to society, expanding the scope and role of technological innovations. In this context, the present work aims to study the contribution of the Electronic Quotation System in the acquisition of goods and contracting of services in public school management. Based on this objective, a descriptive case study was carried out at the Maria do Carmo Bezerra High School, which contributed to an expanded view of the use of the system, in addition to bibliographic and documentary analysis, as a basis the sense of innovation applied to the system. To complement the research, an interview was conducted with the school manager, in order to understand in which aspects the electronic quotation system contributed to management improvements. Finally, from the research, important contributions were identified by the use of the system in the acquisition of goods and services from the Maria do Carmo Bezerra School, as well as contributions in improving school management, intensifying the importance of Technologies and Innovation for public management.

Keywords: Innovation. Technology. Electronic Quotation. School management.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura da COGEC.....	24
Figura 2	Tela inicial de acesso ao S2GPR.....	28
Figura 3	Tela de Login do Sistema de Cotação Eletrônica.....	30
Figura 4	Funcionalidades para incluir e gerenciar Cotações.....	30

LISTA DE QUADROS

Quadro - 1	Processos licitatórios das escolas da CREDE-8 entre 2018 e 2019.....	34
Quadro - 2	Número total de cotações das escolas da CREDE-8 entre 2018 e 2019.....	37

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Cartas Convite realizadas pelas escolas da CREDE-8 em 2018 e 2019.....	34
Gráfico 2	Percentual de Cartas Convite realizadas pela CREDE-8 em 2018 e 2019.....	35
Gráfico 3	Cartas Convite realizadas pela EEMTI Maria do Carmo Bezerra em 2018 e 2019.....	36
Gráfico 4	Percentual de Cartas Convite realizadas pela EEMTI Maria do Carmo Bezerra em 2018 e 2019.....	36
Gráfico 5	Cotações realizadas pelas escolas da CREDE-8 em 2018 e 2019.....	38
Gráfico 6	Percentual das Cotações realizadas pela CREDE-8 em 2018 e 2019.....	39
Gráfico 7	Cotações realizadas pela EEMTI Maria do Carmo Bezerra em 2018 e 2019.....	39
Gráfico 8	Percentual da Cotações realizadas pela EEMTI Maria do Carmo Bezerra em 2018 e 2019.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CGDT	-	Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico
CNPq	-	Conselho Nacional de Pesquisas
COGEP	-	Coordenação de Gestão de Pessoas
Comprasnet	-	Portal de Compras do Governo Federal
CREDE	-	Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação
EGP	-	Escola de Gestão Pública
EP's	-	Escolas Profissionalizantes
ETICE	-	Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará
FCPC	-	Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura
FUNDEB	-	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica
FUNDEF	-	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDO	-	Lei de Diretrizes Orçamentárias
Licitaweb	-	Sistema de Gestão de Compras do Estado
LOA	-	Lei Orçamentária Anual
MEC	-	Ministério da Educação
MP	-	Ministério do Planejamento
PACE	-	Programa de Apoio ao Comércio Exterior
PACTI	-	Programas de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria
PAR	-	Plano de Ações Articulado
PBQP	-	Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade
PPA	-	Plano Plurianual

RP	-	Sistemática de Registro de Preços
S2GPR	-	Sistema de Gestão Governamental por Resultados
SAA	-	Sistema de Acompanhamento de Aquisições
SEDUC	-	Secretaria da Educação do Estado do Ceará
SEFAZ	-	Secretaria da Fazenda
SEPLAG	-	Secretaria do Planejamento e Gestão
SERPRO	-	Serviço Federal de Processamento de Dados
SGP	-	Superintendência de Gestão de Pessoas
SIC	-	Sistema Integrado de Contabilidade
SISG	-	Sistema de Serviços Gerais
SLTI	-	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
TIC's	-	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFC	-	Universidade Federal do Ceará
Viproc	-	Sistema de Virtualização de Processos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO.....	14
2.1	Inovação no Setor Público.....	15
2.2	Tecnologias nos processos de Inovação no Setor Público.....	16
2.3	Tecnologias na gestão financeira e orçamental Estadual.....	19
3	SISTEMA DE COTAÇÃO ELETRÔNICA DO ESTADO DO CEARÁ.....	22
3.1	Apresentação do Sistema S2GPR.....	25
3.2	Funcionalidades do Sistema S2GPR.....	28
3.3	Procedimentos para utilização do Sistema S2GPR.....	29
4	MATERIAIS E MÉTODOS.....	31
5	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS.....	33
5.1	Coleta de dados secundários e entrevista.....	41
6	CONCLUSÃO.....	43
	REFERÊNCIAS.....	45
	APÊNDICE.....	48

1. INTRODUÇÃO

Com o avanço do advento tecnológico em escala global e da busca pela otimização dos processos e serviços prestados à população, vem crescendo a criação de plataformas tecnológicas como ferramentas de apoio aos mais diversos ramos do mercado, impulsionando e trazendo novos significados para a construção de diversas plataformas também no setor público, provocando um avanço contínuo das ferramentas utilizadas pelos órgãos e entidades e do entendimento de alguns desses sistemas como inovações ao setor público.

O presente estudo é baseado no conceito da criação de novos sistemas tecnológicos aplicados ao setor público para o melhoramento dos processos internos realizados pelos órgãos e entidades e consequentemente refletidos em melhores serviços prestados aos cidadãos.

Na pesquisa realizada para este trabalho, a busca pelo entendimento de como funciona uma das várias plataformas tecnológicas utilizadas pelo setor público: o Sistema de Cotação Eletrônica, vem justificar o sentido de inovação aplicada ao setor público, através das características que o sistema apresenta e dos resultados obtidos pela sua aplicação.

As inovações tecnológicas e sua implementação nos órgãos e entidades governamentais a tempos é objeto de pesquisas, onde vários autores destacam a importância desses instrumentos para otimização dos processos e serviços prestados aos cidadãos.

Inicialmente a ideia de inovação era mais voltada ao setor privado, que tem como objetivo maior o lucro, sendo o responsável por grande parte da implementação de novas ideias e tecnologias e paralelamente objeto dos primeiros estudos sobre inovação. Com o aumento das demandas no setor público por melhores serviços e do crescimento de problemas cada vez mais complexos, a inovação veio justificar-se nesse ambiente de maior participação e na elaboração de novas políticas.

Atualmente a utilização de sistemas de comunicação e informação também conhecidos como TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) principalmente com o uso frequente da internet, vem trazendo uma democratização da informação e favorecendo o intercâmbio entre sistemas,

agilizando os processos e desafiando as organizações a buscarem e se adequarem a processos mais rápidos e que desafiam a flexibilidade de seus usuários (POZZEBON; FREITAS, 1997).

Com efeito, a preocupação das Organizações Públicas em atender as expectativas da população fomentou a utilização de práticas inovadoras em um setor que a cada dia passa por mudanças sociais, políticas, econômicas e tecnológicas. (CAVALCANTE, 2017).

A presente pesquisa visa contribuir para o entendimento do funcionamento de sistemas de inovação e comunicação aplicados nas organizações públicas, em específico do sistema de cotação para a gestão escolar; sua contribuição na gestão dos processos de aquisições no âmbito educacional e na pesquisa de novas plataformas tecnológicas criadas para aprimoramento da eficiência no setor público.

O principal objetivo da pesquisa é o de estudar como funciona o sistema de Cotação Eletrônica na escola de ensino médio Maria do Carmo Bezerra de Acarape no Ceará. Especificamente, buscou-se compreender como a utilização do sistema poderia representar um método eficiente em alternativa às outras modalidades utilizadas pela escola; verificar se o sistema contribuiu com as demandas da instituição e da gestão escolar e observar se sua implementação alterou as características das contratações realizadas pela escola durante o período pesquisado.

A oportunidade de realização da pesquisa na escola Maria do Carmo Bezerra se deu pelo estágio que realizei na UNILAB no ano de 2017, no setor de Recursos Humanos SGP (Superintendência de Gestão de Pessoas), na época do estágio intitulada COGEP (Coordenação de Gestão de Pessoas), além de experiências no mercado em outras instituições públicas e privadas nos anos anteriores. A vacância surgida no setor financeiro da escola oportunizou para que a contratação ocorresse, viabilizando o acesso direto às funcionalidades dos sistemas utilizados pela escola em seus processos de aquisição e participação direta nas realizações das contratações.

2. INOVAÇÃO E TECNOLOGIA NO SETOR PÚBLICO

2.1 Inovação no Setor Público

Para Cavalcante et al (2017, p.11) “inovar é colocar o novo em ação, efetivando mudanças incrementais ou radicais como resultado da intencionalidade humana, em regra, partindo de algum componente coletivo”, a inovação busca uma descontinuidade com práticas antigas, o que faz com que se diferencie do sentido de mudança.

Dentre os autores que lançaram suas pesquisas voltadas às questões de inovação, destaca-se o pioneirismo das obras de Joseph Alois Schumpeter (1883) e da influência deste sobre outros autores, como analisa Santos, Fazion e Meroe (2011, p.14): “autores chamados neoschumpeterianos vêm reforçar o pensamento de Schumpeter com relação à importância da inovação para o desenvolvimento industrial, regional e do país” ao relacionar a ideia de empreendedorismo.

Amaral (2015) destaca a visão de Schumpeter sobre a inovação ao explicá-la como sendo a introdução de um novo produto ou processo no mercado, considerando como os principais agentes do processo de inovação as firmas que, por introduzirem novas tecnologias (produtos, processos, novas matérias-primas, formas de organização empresarial ou novos mercados) esperam obter grandes lucros, sendo necessária a existência de um agente à espera de um retorno econômico, tido como: o empresário inovador, para justificar a introdução no mercado de uma invenção na esfera técnico-econômica.

Mesmo durante a Revolução Industrial a inovação teve seu papel de transformação através da modificação dos meios de produção e consequente criação de novos produtos e processos, o que promoveu uma economia dos recursos e a utilização de novas matérias-primas e fontes de energia (TIGRE, 2006).

Com a caminhada histórica do Estado brasileiro e dos processos políticos perpassados por este desde o período burocrático até o período gerencialista, o papel dispensado pelas organizações públicas vem sendo modificado gradualmente, como dos agentes das políticas, redirecionando o Estado para uma posição mais ativa com relação à inovação (CAVALCANTE et al, 2017).

Na perspectiva de uma lógica sistêmica da inovação, dá-se a importância da criação de bases que permitam o surgimento de novas organizações inovadoras, priorizando não apenas a geração da produção de conhecimento e de sua circulação, mas o entendimento que existe a possibilidade de trocas entre a inovação do setor privado e público (CAVALCANTE et al, 2017).

Nesse sentido de troca o setor público passou a vislumbrar e agregar, a partir das contribuições do setor privado novas possibilidades, processos e estratégias que contribuíssem para o atendimento do interesse público.

Entende-se que não trata-se de um processo sempre amistoso, já que nem sempre o ambiente organizacional é propício a inovação, seja por suas características estruturais, objetivos, cultura organizacional, resistência à mudança, dentre outros fatores internos e externos.

O Setor Público passou então a desenvolver atribuições de favorecimento à circulação de informações entre seus níveis organizacionais, o que forneceu bases importantes para a criação e difusão de sistemas tecnológicos que aprimorassem a tomada de decisões, como de funcionalidades de execução de processos.

Ao longo dos anos, foram sendo modificados os objetivos e metas das organizações públicas, que buscaram introduzir ao seu cotidiano novas práticas aos processos e serviços, provocando a incorporação de novas iniciativas que eliminassem barreiras para esta adequação e a implementação de novas estratégias e instrumentos.

2.2 Tecnologias nos processos de Inovação no Setor Público

A utilização de instrumentos tecnológicos pelo Setor Público vem sendo, ao longo dos anos, ferramenta essencial na contribuição de uma gestão mais eficiente e preocupada com a transparência de suas ações em favor do interesse público.

Como define Fernandes (2008, p.01), “a utilização da tecnologia da informação nos procedimentos de compras e contratações da administração federal no Brasil representa importante experiência de aplicação de sistemas de compra eletrônica ao ambiente dos governos. ”

Diniz, Faleiros e Oliveira (2015) acrescentam o papel dos sistemas de informação no setor público, em específico dos instrumentos tecnológicos, como ferramentas estratégicas, melhorando a eficiência, transparência e qualidade do serviço público, agregando fatores organizacionais e humanos à tecnologia da informação.

Organizações públicas passaram cada vez mais a se preocupar com o fomento da prática inovadora em resposta às constantes mudanças econômicas, políticas, sociais e tecnológicas em um mundo mais globalizado em rede, limitadas por expectativas crescentes dos cidadãos, problemas complexos e orçamentos apertados (CAVALCANTE *et al.* 2017, p.17).

O papel evolutivo da incorporação de inovações nas organizações, destacando o papel das novas tecnologias, novos processos, conceitos, pessoas, ideias e modelos de gestão, veio basear possibilidades de crescimento econômico ao agregar e estabelecer novas ações voltadas a utilização dessas novas tecnologias (SANTOS *et al.*, 2011).

No Brasil, um dos incentivos à tecnologia inovadora foi a criação do CNPq (Conselho Nacional de Pesquisas) em 17 de Abril de 1951, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Desde a sua criação, o Brasil deu um salto seguindo o processo global de informatização, ampliando a capacidade dos sistemas de comunicação e o processamento de informações, consequência da utilização dos progressos na biologia molecular e do advento na utilização dos computadores (SILVA *et al.*, 2001).

Alguns programas importantes como o Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), o Programa de Apoio à Capacitação Tecnológica da Indústria (PACTI) e o Programa de Apoio ao Comércio Exterior (PACE), também foram inseridos no Brasil como estratégia competitiva na década de 90, já que o país passava por um processo de grandes privatizações e consequente diminuição do papel do Estado na economia.

Essa iniciativa, de acordo com Silva et al (2001, p.45), era para que: “mais do que prover recursos públicos, buscou-se favorecer a inovação e o investimento em capacitação tecnológica por parte das empresas, mediante a criação de incentivos fiscais para a capacitação tecnológica”.

O incentivo à inovação, pesquisa científica e tecnológica, previsto na Lei nº 10.973 de 02 de Dezembro de 2004 da Constituição Federal, em seu Art. 4º, define:

Inovação: introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos ou que compreenda a agregação de novas funcionalidades ou características a produto, serviço ou processo já existente que possa resultar em melhorias e em efetivo ganho de qualidade ou desempenho (BRASIL, 2004).

O Estado está cada vez mais preocupado em restabelecer a confiança da sociedade, e para isso trabalha na introdução de práticas inovadoras aprimorando os gastos e introduzindo novos processos e serviços (CAVALCANTE et al. 2017).

Apesar da visão economicista clássica, a temática da inovação tem contribuído para o crescimento da atuação estatal. “Isto se dá não apenas com o estado construindo ambiente favorável à inovação no setor privado, como também desenvolvendo capacidade inovadora própria e empreendedora [...]” (CAVALCANTE et al, 2017).

No Brasil as aquisições públicas são realizadas virtualmente e presencialmente através de portais e sistemas independentes. Para entendermos como estruturou-se a área de compras governamentais do Governo Federal, Fernandes (2008), explica a organização da área de compras governamentais:

A área de compras governamentais está organizada na forma de sistema, integrado por unidades administrativas distribuídas por todos os ministérios, autarquias e fundações públicas da administração federal. Trata-se do Sistema de Serviços Gerais – SISG, cujo órgão central é a Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação – SLTI, que compõe a estrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - MP. O SISG abrange os 22 ministérios civis, as Secretarias da Presidência da República e mais de 300 autarquias e fundações públicas. Esse Sistema organiza a gestão das atividades de serviços gerais, o que inclui as licitações, contratações, transportes, comunicações administrativas, documentação e administração de edifícios públicos e de imóveis funcionais (FERNANDES, 2008, p.01).

No manual elaborado em 2005 pela Divisão de Sustentação Operacional do Departamento de Logística e Serviços Gerais, o Comprasnet é apresentado como um instrumento que visa oportunizar a participação de fornecedores nos processos licitatórios, pela consequente desburocratização dos processos e redução de custos, visando um maior controle da sociedade pelo aumento da transparência e dotando a administração pública de um conjunto de ferramentas da tecnologia da informação, melhorando a gestão de compras e os contratos firmados entre os órgãos governamentais e os fornecedores.

No Governo Federal, o Comprasnet é um sistema web que contempla e integra o Estado, fornecedores e cidadãos em um portal que promove a realização de licitações e contratações, além de um maior controle dos processos advindos dos bens adquiridos pelo Estado através de suas instituições Federais.

Segundo o SERPRO (Serviço Federal de Processamento de Dados), a tecnologia utilizada apresenta a publicação de conteúdos relacionados aos processos das compras governamentais com informações e orientações aos usuários de forma interativa e dinâmica, através da padronização do canal de comunicação entre a administração pública, fornecedores e sociedade (COMPRASGOVERNAMENTAIS, 2019).

Pode-se afirmar que na atualidade o setor público trabalha em busca da inovação, agindo para e em virtude dela, na tentativa de atender às crescentes demandas cada vez mais complexas, sempre na busca de uma maior participação da população (CAVALCANTE et al, 2017).

Os canais e sistemas até então criados reforçam a perspectiva de que o setor público entende que a dinâmica estatal é atingida pela necessidade de adequação às novas tecnologias, e que necessita cada vez mais utilizar de forma inteligente os benefícios advindos dos instrumentos e sistemas tecnológicos em favorecimento das atividades realizadas e do cumprimento do papel do Estado para com os cidadãos.

2.3 Tecnologias na gestão financeira e orçamentária Estadual

O desenvolvimento na educação depende diretamente do repasse de recursos para financiamento dos programas e atividades realizadas pelas escolas nos estados e municípios. Nessa perspectiva, Freitas (2014) destaca, para que o estado consiga atender as demandas da população, é necessário o cumprimento de preceitos legais com relação à alocação de recursos públicos.

O PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e a LOA (Lei Orçamentária Anual) são os instrumentos legais necessários ao planejamento orçamentário governamental, conforme o Art. 165 da Constituição Federal de 1988. O PPA prevê as diretrizes, objetivos e metas relativas às despesas de capital e dos programas de duração continuada para o período de quatro anos (C/F, 1988, Art. 165). A LDO compreende as metas e prioridades da administração pública, compreendendo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, além de orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual. A LOA prevê as receitas e fixa as despesas para o período de um exercício financeiro, colocando em prática as metas determinadas no PPA e na LDO (C/F, 1988, Art. 165).

De acordo com o Decreto nº 29.623 de 14 de Janeiro de 2009 (SEPLAG, 2019), a execução orçamentária das despesas será realizada mediante a descentralização do orçamento entre os órgãos e entidades da administração direta e indireta do poder executivo. Ficam, portanto, a Secretaria da Fazenda e Secretaria de Planejamento e Gestão, autorizados conjuntamente à baixarem normas complementares, caso necessário para o devido cumprimento do Decreto.

Freitas (2014) explica que “o processo de elaboração da proposta orçamentária pressupõe o envolvimento dos órgãos central e setorial (secretarias de governo) e das unidades orçamentárias, de forma integrada e articulada, o que implica a tomada de decisões nos diversos níveis hierárquicos da administração pública”.

A política de melhoria do ensino médio oferecida pelo Estado do Ceará teve, desde o processo de municipalização do ensino fundamental, conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei nº 9394/96, a responsabilidade de melhorar o atendimento e o número de vagas ofertadas ao ensino médio.

Neste cenário, parte das receitas que eram vinculadas aos impostos estaduais eram repassadas pelo FUNDEF – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério - que foi criado em 1996, conforme previsto na Lei nº 9424, para regulamentação da sistemática de redistribuição do fundo (FREITAS, 2014).

Com a Criação do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, com a Lei Federal nº 11.494/2007 e da criação pelo MEC – Ministério da Educação – do Plano de Ações Articuladas – PAR no mesmo ano, foi criado um novo canal de financiamento de programas educacionais e ampliados os recursos para a educação básica e para melhoria da qualidade do ensino ofertados pelos estados (FREITAS, 2014).

Para a viabilização da utilização dos recursos destinados à educação, a Administração Pública Estadual vem buscando atualizar e otimizar os sistemas operacionais que compõem a base de dados dos mais variados serviços ofertados pelo Estado.

Seguindo os ditames da Lei 8.666 de 1993, que estabelece normas gerais para aquisições e contratações públicas, sendo também conhecida por: “Lei Geral das Licitações e Contratos”. Observando sempre os princípios constitucionais, como norma maior, baseando -se no inciso XXI, art. 37 da Constituição de 1988, que trata de forma mais genérica sobre a obrigatoriedade de licitar pela Administração Pública, de forma a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e da seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública (BRASIL, 1993).

No intuito de adotar a eficiência e a racionalização de custos em suas aquisições, o Governo Estadual decidiu fundir as Secretarias de Administração e do Planejamento e Coordenação e criar a Secretaria do Planejamento e Gestão (SEPLAG), de acordo com a Lei nº 13.875, de 07 de Fevereiro de 2007, que alterou a estrutura da administração Estadual.

Dispondo sobre o modelo de gestão do Poder Executivo a gestão pública buscou direcionar as ferramentas disponíveis na melhoria dos processos de aquisição pelos órgãos e entidades, seja na melhoria de políticas e diretrizes,

sistemas informatizados, normas e procedimentos, como no próprio processo de aquisição de bens materiais e na contratação de obras e serviços.

A Administração Pública Estadual buscou, através das intervenções e implementações tecnológicas em seus sistemas, a prestação de um melhor serviço à população e o cumprimento das Leis que regem o orçamento estadual. A criação de instrumentos tecnológicos que viabilizem a comunicação e o fluxo de informações, contribuindo diretamente para que os recursos dispensados sejam utilizados da forma prevista e que os planejamentos realizados sejam efetivados e convertidos em educação de qualidade.

Um dos exemplos de investimento em tecnologia para contribuição do avanço dos processos do estado foi a criação e melhoramento dos portais de compras do Estado, que significou um importante investimento em direção a um Estado preocupado em fortalecer seus meios de interação sistemáticas e ganho de tempo real na execução dos orçamentos.

3.SISTEMA DE COTAÇÃO ELETRÔNICA DO ESTADO DO CEARÁ

A construção e implantação do Portal de Compras no Estado do Ceará, conforme o Portal de Compras do Estado, foi criado através da iniciativa da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), por meio da Coordenadoria de Gestão de Compras - COGEC e do órgão Gestor do Sistema de Compras, responsável pelo Sistema de Compras do Estado, possuindo as atribuições de implantação de normas, diretrizes e políticas em conformidade com os termos do Decreto Estadual Nº 32.901/2018.

O Sistema de Compras do Governo do Estado do Ceará compreende um conjunto de normas legais, órgãos e entidades, além de sistemas informativos e procedimentos, disponíveis aos gestores públicos para a realização e estruturação de diretrizes e políticas de compras, como pelo processo de aquisição de bens, materiais, obras e serviços (VASCONCELOS, 2016).

O sistema foi desenvolvido em software livre através da contribuição de vários órgãos e entidades. “O objetivo do Portal de Compras é reunir todas as informações e serviços corporativos relacionados a aquisição de bens e a

contratação de obras e serviços pela Administração Pública Estadual” (PORTALDECOMPRAS, 2019).

As atribuições da COGEC conforme Portal de Compras do Estado do Ceará são:

- Definição e implantação de normas, diretrizes e políticas visando a gestão e o contínuo aperfeiçoamento do processo de compras e dos sistemas informatizados de apoio;
- Gestão do sistema de compras (Licitaweb), utilizado para cadastramento, publicação e gerenciamento das aquisições pela Administração Pública Estadual, totalizando 820 unidades compradoras;
- Gestão geral da sistemática de registro de preços (RP) no âmbito da Administração Pública Estadual e, ainda, a implantação e gestão das atas de RP de bens e serviços comuns;
- Gestão geral do Catálogo de Bens, Materiais e Serviços, por meio da definição e implantação de normas, a manutenção do sistema e o monitoramento da sua utilização pela Administração Pública Estadual;
- Gestão do Cadastro de Fornecedores, por meio dos processos de inscrição e atualização cadastral e registro de sanções administrativas de pessoas físicas e jurídicas que contratam com o Estado;
- Gestão da sistemática de Cotação Eletrônica, para aquisição de bens e serviços de pequeno valor pela Administração Pública Estadual;
- Gestão do Painel das Compras, composto por indicadores de performance, na forma de tabelas e gráficos, visando a gestão estratégia e a transparência das aquisições da Administração Pública Estadual;
- Monitoramento das aquisições de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação (TIC) pela Administração Pública Estadual;
- Capacitação de gestores por meio de parceria com a Escola de Gestão Pública (EGP), visando a transferência de conhecimento acerca de normas, sistemas e processos de compras governamentais.

Figura 01- Estrutura da COGEC.



Fonte: <https://www.mindomo.com/pt/mindmap/mapa-cogec>

As principais modalidades realizadas pelas escolas do Estado compreendem às Cartas Convites, Chamadas Públicas e Cotações Eletrônicas. A Carta Convite, conforme a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, é a modalidade de licitação onde são convidados, em um número mínimo de três, interessados do ramo pertinente ao objeto licitado (Art. 22, §2º). A Chamada Pública é regida pela Lei nº 13.094 de 31 de Julho de 2014, que estabelece o regime jurídico sobre as parcerias entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil.

Dentre as modalidades de aquisições existentes, destaca-se o Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, que foi criado através da Portaria nº 306 de 06 de Dezembro de 2001, que dispõe sobre as instruções gerais e procedimentos para utilização do sistema de cotação eletrônica de preços.

Art. 1º As aquisições de bens de pequeno valor deverão ser realizadas, no âmbito dos órgãos que compõem o Sistema Integrado de Serviços Gerais - SISG, preferencialmente, por meio do Sistema de Cotação Eletrônica de Preços, com o objetivo de ampliar a competitividade e racionalizar os procedimentos relativos a essas compras (BRASIL, 2001).

O Portal de Compras Governamental foi inaugurado em 23 de Agosto de 2002 como mais uma nova ferramenta importante - o COMPRASNET- desenvolvido e testado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para aquisição de bens até o teto de R\$8 mil, de acordo com o previsto no Decreto nº 28.397, de 21 de Setembro de 2006, que dispõe sobre o procedimento de Cotação Eletrônica para Aquisições de bens e serviços comuns de valor não superior à 10% do limite previsto para a modalidade convite.

O sistema é uma espécie de pregão eletrônico que permite à administração selecionar a melhor proposta de forma mais simples e rápida, ampliando a competitividade e oportunizando a participação de micro e pequenas empresas, além de pessoas físicas, fortalecendo o mercado e promovendo o desenvolvimento regional. Como destaca Furtado (2018), a adoção desse sistema revela uma boa prática de gestão, pois auxilia o gestor na observância dos princípios aplicados à administração pública.

As principais aquisições realizadas pelas escolas através do uso da cotação eletrônica são: materiais de expediente; limpeza e higienização; materiais de copa e cozinha; gás de cozinha; materiais de manutenção de bens móveis e imóveis, material laboratorial, além de serviços como contratação de fornecimento de internet e serviços de contabilidade.

3.1 Apresentação do Sistema -S2GPR

A criação do Sistema S2GPR - Sistema de Gestão Governamental por Resultados - conforme destaca o portal, foi idealizada pelo Governador do Estado Cid Ferreira Gomes, na perspectiva de criação de um Sistema Integrado que atendesse as necessidades de atualização tecnológica, redefinição dos processos contábeis e de execução da despesa estadual, de forma a propiciar uma reestruturação dos sistemas até então utilizados, gerando apoio a gestão Estadual.

O projeto do sistema S2GPR foi lançado no dia 15 de Outubro de 2001 e alguns de seus subsistemas foram colocados em operação em Janeiro de 2012, em específico as funcionalidades relacionadas com o processo de execução

financeira do Estado. Sua execução foi precedida de 4 (quatro) fases que são apresentadas no portal do sistema, conforme seguem:

. **Fase I - Especificação:** Com duração de 5 (cinco) meses, nessa fase o Governo do Estado juntamente com a FCPC (Fundação Cearense de Pesquisa e Cultura) e a UFC (Universidade Federal do Ceará) através da consultoria de seus professores, realizaram as especificações dos processos e definição de requisitos dos sistemas associados ao SIC (Sistema Integrado de Contabilidade e do Sistema de Compras Governamental). O objetivo era que essas informações fossem utilizadas para a contratação de empresas para desenvolver o sistema.

. **Fase II - Construção:** Nesta fase, que ocorreu de Setembro de 2009 a Julho de 2010, foram construídos os Sistemas de Informação que incluem a Contabilidade e a Execução da Despesa através da contratação de empresas de desenvolvimento de software e de acordo com um contrato assinado entre a Secretaria de Planejamento - SEPLAG e o Centro de Gestão e Desenvolvimento Tecnológico - CGDT. Ainda nesta fase houve um período de interrupção do desenvolvimento das atividades que ocorreu no segundo semestre de 2010 e retornado em Janeiro de 2011 após ser retomado pela SEFAZ.

. **Fase III - Construção e Implantação:** Com a retomada das atividades em 2011, a SEPLAG e a ETICE juntaram esforços contribuindo com equipamentos e reforço humano técnico para dar continuidade na construção e implantação do sistema sob a supervisão da equipe de TI da SEFAZ. O governo contratou uma equipe de analistas que trabalha até os dias atuais dando continuidade nas melhorias do sistema e viabilizou a liberação de recursos para garantir a infraestrutura necessária para a realização dos trabalhos.

. **Fase IV - Evolução e melhorias:** Nesta fase o S2GPR ganhou um reforço para sua gestão e manutenção, sendo contratados arquitetos, desenvolvedores e analistas que sob a gestão da SEFAZ passou a registrar as atividades do S2GPR na ferramenta MANTIS, mantida pela ETICE.

Ainda de acordo com os dados coletados no site institucional do S2GPR, cabe destacar o papel dos órgãos do Estado na elaboração e implementação do sistema. Os órgãos representados pelas secretarias da SEPLAG e SEFAZ participaram direta e indiretamente das fases de implantação do sistema.

As fases I e II foram gerenciadas pela SEPLAG, cabendo à ETICE o papel e interveniente técnico. A SEFAZ disponibilizou analistas e consultores de negócios e arquiteto para as fases I, II e III, assumindo e coordenando esta última, mesmo sendo de responsabilidade da gestão dessas fases a FCPC (Fase I) e CGDT (Fase II). Em paralelo foi desenvolvido pela ETICE as funcionalidades do Pregão Eletrônico em Março de 2011, visando atender a demanda da SEPLAG para o desenvolvimento dos módulos do sistema de compras. De acordo com as informações coletadas no site <http://s2gpr.sefaz.ce.gov.br/>, quanto aos aspectos legais e com relação ao comitê gestor do S2GPR:

O S2GPR é gerenciado através de um comitê gestor, instituído pelo Decreto Nº30.907, publicado no Diário Oficial do Estado de 27 de abril de 2012. O Comitê é coordenado pelo Secretário Adjunto da SEPLAG e secretariado pelo Coordenador da Coordenadoria de Estratégias de Tecnologia da Informação e Comunicação – COETI, da SEPLAG. (Portal S2GPR, 2019).

As informações prosseguem com relação ao corpo do comitê gestor e grupo técnico de TIC do S2GPR:

Componentes do Comitê Gestor:

- Secretário Adjunto do Planejamento e Gestão;
- Secretário Adjunto da Fazenda;
- Controlador e Ouvidor Geral Adjunto;
- Secretário Adjunto da Casa Civil;
- Procurador Geral Adjunto do Estado;
- Presidente da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará.

Componentes do Grupo Técnico de TIC do S2GPR com suporte permanente:

- Coordenador da COETI/SEPLAG;
- Gestor técnico da ETICE;
- Gestor de TIC da SEPLAG;
- Gestor de TIC da SEFAZ;
- Gestor de TIC da PGE
- Gestor de TIC da CGE.

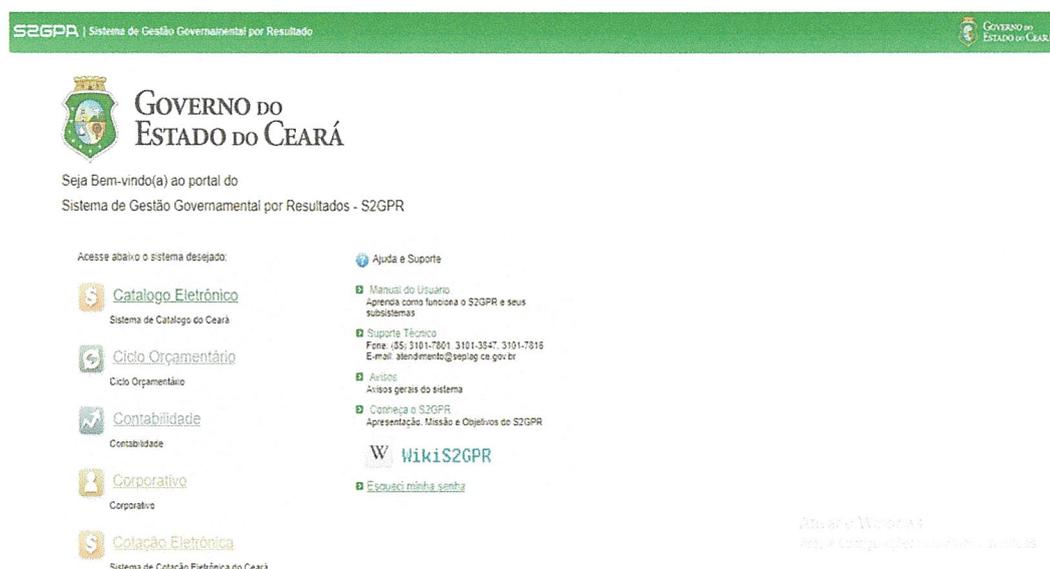
3.2 Funcionalidades do Sistema S2GPR.

O S2GPR possui algumas funcionalidades de acesso ao usuário gestor. Na tela inicial temos o atalho de acesso aos seguintes sistemas:

- Catálogo Eletrônico
- Ciclo Orçamentário
- Contabilidade
- Corporativo
- Cotação Eletrônica
- e-Parcerias
- Licitaweb
- Licitação Governamental
- Sistema de Segurança
- Viproc

A figura 02 apresenta a tela inicial do S2GPR com as respectivas funcionalidades:

Figura 02- Tela inicial de acesso ao S2GPR.



Fonte:SEFAZ-CE (2019)

Para acesso aos sistemas são necessários login e senha de acesso do gestor escolar. Dentre as funcionalidades apresentadas, na gestão escolar são

comumente mais utilizadas os sistemas do Ciclo Orçamentário, para acompanhamento, consulta e impressão das Notas de Empenho, Liquidação e Pagamento; o Licitaweb, onde são realizadas as licitações de Cartas Convite e Chamadas Públicas; o sistema de Cotação Eletrônica, onde são realizadas as cotações eletrônicas, e o sistema Viproc, onde são gerados os números dos processos gerados pela escola, e sua tramitação pelos órgãos da CREDE/SEDUC.

Para acesso do fornecedor, de acordo com o Art. 5º da Portaria nº306 de 13 de Dezembro de 2001, é necessário que o interessado realize credenciamento prévio junto ao sistema no órgão promotor da cotação, como a indicação dos municípios e linha de fornecimento e se submeter às normas e condições gerais das contratações, para assim receber a senha de acesso ao sistema de cotação eletrônica. Os fornecedores podem ser pessoas físicas ou jurídicas que atendam aos critérios da referida portaria e estejam com as obrigações fiscais em dia.

3.3 Procedimentos para utilização do Sistema S2GPR.

Para que o gestor realize o cadastro dos processos no Sistema de Cotação Eletrônica ou no Licitaweb, é necessário que o planejamento orçamentário anual já tenha sido realizado e aprovado, e a fonte de pagamento das contratações já definida.

Os procedimentos de utilização do sistema S2GPR serão apresentados de acordo com o modo de acesso pela escola (Órgão Contratante), onde o gestor escolar recebe um login e senha para realizar esse acesso.

Para utilização do sistema é necessário acessar o link do S2GPR (<http://s2gpr.sefaz.ce.gov.br>) de acordo com a figura 02.

Ao clicar em “Cotação Eletrônica”, conforme apresentado junto aos demais sistemas na figura 02, a tela seguinte mostrará o pedido de login e senha do gestor escolar, conforme figura 03:

Figura 03- Tela de Login do Sistema de Cotação Eletrônica.

Fonte: SEFAZ-CE (2019)

Ao logar serão apresentadas as opções para ‘incluir’ ou ‘gerenciar’ cotações, além dos tutoriais e atalho para o site do portal de compras, conforme figura 3. Nessa aba também é possível consultar as cotações de qualquer órgão que esteja cadastrado no sistema, através da opção: “acompanhe as Cotações Eletrônicas’. Essa consulta pode ser realizada tanto por órgãos contratantes como pelos cidadãos.

Figura 04- Funcionalidades para Incluir ou Gerenciar Cotações.

Fonte: SEFAZ-CE (2019)

Para a inclusão de uma nova cotação são necessárias informações para que o processo seja cadastrado e posteriormente publicado. No gerenciamento podem ser consultadas e acompanhadas as dispensas realizadas pela unidade contratante, além da possibilidade de edição das que foram cadastradas e não foram publicadas.

4. METODOLOGIA

A metodologia possui um papel fundamental no delineamento da pesquisa, de forma a atingir os objetivos traçados e produzindo resultados que confirmem ou neguem as hipóteses lançadas (PRAÇA, 2015).

Podemos considerar a metodologia científica como uma ferramenta maior que agrega vários meios que auxiliam na realização da pesquisa científica. Que ajuda nas questões éticas e legais, que ajuda a delimitar os temas e não deixa fugir do proposto [...] (ALMEIDA, 2016, p.60).

O método para a análise dos dados da presente pesquisa consistiu inicialmente na pesquisa e leitura sobre os conceitos de inovação, tanto no setor privado quanto no setor público, buscando através dos conceitos nortear a análise principal da pesquisa: a utilização do Sistema de Cotação Eletrônica na contribuição da gestão escolar.

O presente trabalho é um estudo de caso de natureza descritiva, adota o uso de pesquisa bibliográfica e documental, realizando a coleta e análise dos dados de forma a traçar um histórico sobre o objeto do assunto. Possui uma abordagem qualitativa e as fontes utilizadas abrangem artigos, periódicos (jornais, revistas, etc.), livros e textos disponíveis em sites, além de observação participativa.

A pesquisa e coleta de dados com relação ao sistema S2GPR abarcou as escolas pertencentes à CREDE 8, pesquisando o número de processos licitatórios realizados e o número de dispensas de licitações realizadas nos anos de 2018 e 2019. O sentido de abarcar todas as escolas pertencentes à CREDE-8 era de verificar a frequência da utilização da cotação eletrônica por cada escola e através do resultado perceber uma possível tendência à esta modalidade.

Posteriormente a pesquisa teve seu foco direcionado à Escola Maria do Carmo Bezerra, Instituição Pública Estadual de ensino que funciona em tempo integral atendendo uma média de 260 (duzentos e sessenta) alunos , localizada no centro da cidade Acarape-Ceará, constituindo uma das duas únicas escolas de tempo integral no maciço de Baturité, estando integradas às escolas profissionais - EP's - que também atendem os alunos do maciço de Baturité em tempo integral mas que trabalham sob o sistema de ensino profissionalizante.

O estudo de caso foi direcionado à escola Maria do Carmo Bezerra pelo acesso aos dados e informações proporcionado pela função exercida no setor financeiro da escola, mas principalmente pela oportunidade de verificar qual o comportamento de contratações pela utilização do sistema de uma escola em transição de um sistema regular de ensino para o sistema integral.

A pesquisa tanto nas escolas pertencentes à CREDE-8 como na escola Maria do Carmo Bezerra, foi realizada no período de Janeiro de 2018 e Novembro de 2019. Esse período foi selecionado pois refere-se aos dois anos de utilização dos recursos financeiros através da utilização dos sistemas, podendo-se realizar um melhor comparativo, compreendendo Janeiro ao período de planejamento dos recursos e o restante dos meses de cada ano ao período para realização dos processos de aquisição de bens e serviços, seja por licitação ou dispensa.

Para complementar a pesquisa foi realizada entrevista com o diretor da escola, já que o mesmo é constituído como ordenador financeiro nos processos de cotação eletrônica e quem opera o sistema com a assistência do (a) assessor (a) financeiro (a). A motivação da entrevista se deu pelo fato da escola realizar a contratação da maioria de seus objetos e serviços, o que caracteriza a escola como executora de bens e serviços, sendo o diretor o responsável por estas contratações.

Ao explicar os tipos de inovação e como eles se encaixam no objeto estudado através dos sistemas operacionais, a pesquisa justifica-se pela busca de características que possam determinar se os resultados obtidos através da utilização do Sistema de Cotação Eletrônica na Escola Estadual de Ensino Médio Maria do Carmo Bezerra em Acarape no Ceará, na aquisição de bens e serviços, podem ser considerados inovadores para a gestão escolar, dentro da perspectiva

da utilização de um sistema moderno e que conceitualmente foi implementado para promover celeridade, economicidade e adequada utilização de recursos e uma eficiente prestação de serviço.

O estudo desses conceitos e características são importantes para o fortalecimento da pesquisa científica no setor de Inovação no Setor Público, contribuindo para a melhoria e avaliação dos sistemas utilizados, como para a disseminação de conhecimento sobre as tecnologias utilizadas atualmente pelos órgãos e instituições governamentais.

5. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE RESULTADOS

Como destacado anteriormente, a pesquisa foi realizada inicialmente nas escolas pertencentes à CREDE 8 que corresponde a região do Maciço de Baturité. Na investigação foram levantadas informações à respeito do quantitativo de licitações (Cartas Convite) realizadas por cada escola, incluindo as dispensas de licitação (Cotações Eletrônicas e Chamadas Pública).

Na avaliação não foram consideradas na pesquisa as licitações e dispensas fracassadas, anuladas, desertas e em andamento, apenas as que foram finalizadas com sucesso.

As informações foram coletadas através de pesquisa no sistema S2GPR, sendo apenas a Escola Profissionalizante Maria Môsa da Silva de Ocara não incluída nos cálculos da primeira tabela, pois a mesma ainda não se encontrava no sistema até a data da pesquisa, pois fora inaugurada recentemente e suas aquisições foram realizadas através da CREDE-8.

O Quadro 01 apresentada informa a quantidade 24 (vinte e quatro) das 25 (vinte e cinco) escolas pertencentes à CREDE-8, que serviram como base inicial para a pesquisa, com os respectivos quantitativos de licitações realizadas e dispensas de licitação nos anos de 2018 e 2019.

Quadro 01- Processos licitatórios das escolas da CREDE-8 entre 2018 e 2019.

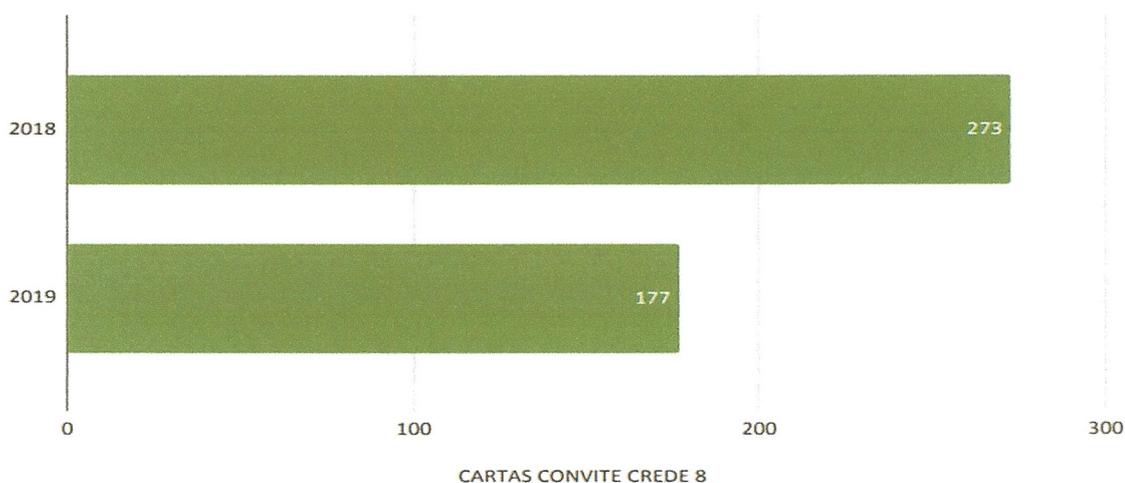
ESCOLAS PERTENCENTES A CREDE-8							
NOME DA ESCOLA	CIDADE	COTAÇÕES		CARTA CONVITE		CHAMADA PÚBLICA	
		2018	2019	2018	2019	2018	2019
EEMTI MARIA DO CARMO BEZERRA	ACARAPE	09	17	08	03	02	02
EEMTI PADRE SARAIVA LEÃO	REDENÇÃO	16	10	05	02	01	01
EEEP MARIA GISELDA COELHO TEIXEIRA	PALMÁCIA	01	02	21	16	02	03
EEM ALMIR PINTO	ARACOIABA	13	11	15	05	01	01
EEM JOÃO ALVES MOREIRA	ARACOIABA	01	01	10	19	01	01
EI MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS	ARATUBA	09	28	10	05	02	02
EEM JOSÉ JOACY PEREIRA	ARATUBA	09	04	16	08	01	01
EEM DANÍSIO DALTON DA ROCHA CORREIA	BARREIRA	19	13	07	04	03	01
CEJA DONANINHA ARRUDA	BATURITÉ	06	03	17	08	01	01
LICEU DE BATURITÉ DOMINGOS SÁVIO	BATURITÉ	01	01	31	15	02	01
EEM DEPUTADO UBIRATAN DINIZ DE AGUIAR	CAPISTRANO	02	0	16	14	01	02
EEM ZÉLIA DE MATOS BRITO	GUARAMIRANGA	08	05	12	05	02	01
EEM VEREADORA EDIMAR MARTINS DA CUNHA	ITAPIÚNA	07	08	04	02	02	02
EEM PROFESSOR MILTON FAÇANHA ABREU	MULUNGU	06	04	12	06	01	02
EEM FRANKLIN TÁVORA	ITAPIÚNA	10	16	06	05	01	02
EEM FRANCISCA PINTO DOS SANTOS	OCARA	12	18	13	09	01	02
EEM ALMIR PINTO	OCARA	29	11	14	09	01	01
EEM MENEZES PIMENTEL	PACOTI	22	14	20	11	02	02
EEM MARIA AMÉLIA PERDIGÃO SAMPAIO	PALMÁCIA	03	04	11	07	01	01
EEM DR. BRUNILDO JACÓ	REDENÇÃO	06	06	08	01	01	02
EEM CAMILO BRASILIENSE	REDENÇÃO	02	03	10	06	02	01
EEEP SALOMÃO ALVES DE MOURA BRASIL	ARACOIABA	0	37	07	0	0	0
EEEP DE BATURITÉ	BATURITÉ	0	01	0	17	0	0
EEEP ADOLFO FERREIRA DE SOUSA	REDENÇÃO	15	16	0	0	0	0

Fonte: Secretaria da Educação Estadual do Ceará (2019)

As informações foram utilizadas para o fornecimento dos dados dos gráficos que seguem:

Gráfico 01- Cartas Convite realizadas pelas escolas da CREDE 8 em 2018 e 2019.

CARTAS CONVITE CREDE 8



Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (2019)

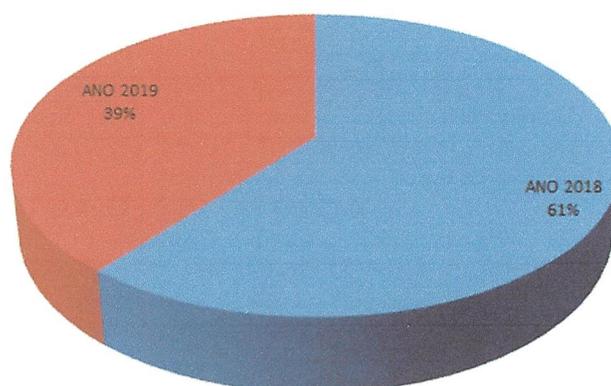
O gráfico 01 faz a análise comparativa entre o número de cartas convite realizadas pelas escolas da CREDE-8 nos anos de 2018 e 2019. A Carta Convite é uma modalidade de licitação utilizada principalmente nos processos de obras de engenharia e de alimentação escolar, mas que pode também ser utilizada na aquisição de outros bens e serviços que também são adquiridos por cotação eletrônica.

Durante o ano de 2018 foram realizadas o total de 273 (duzentos e setenta e três) Cartas Convite pela CREDE-8, e 177 (cento e setenta e sete) no ano de 2019, observa-se uma diminuição de 21,55% no número de processos desta modalidade.

Através do gráfico 02 podemos visualizar percentualmente o número total de Cartas Convite realizadas pelas escolas da CREDE-8 em 2018 (61%) e 2019 (39%).

Gráfico 02- Percentual de Cartas Convites realizadas pelas escolas da CREDE-8 em 2018 e 2019

Cartas Convite realizadas pelas escolas da CREDE-8 em 2018 e 2019

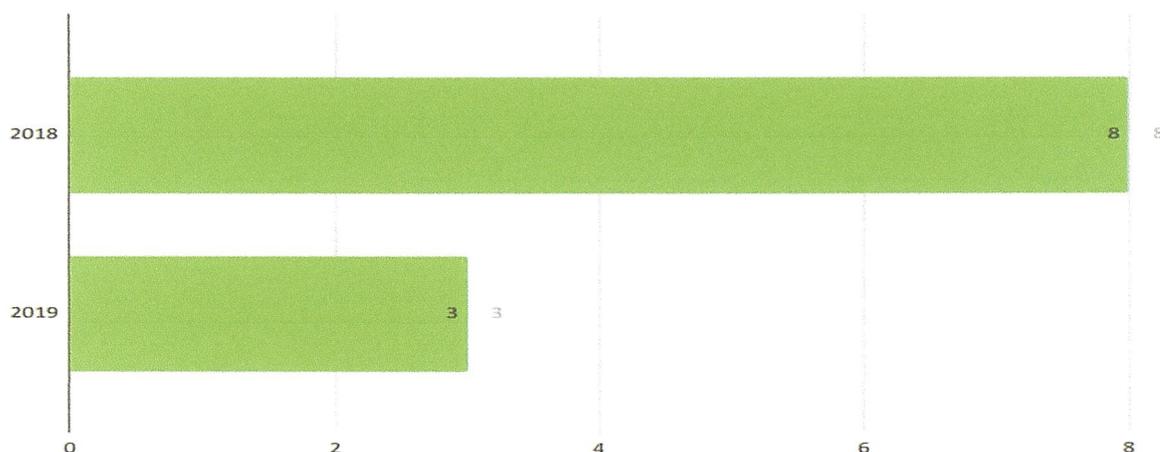


Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (2019)

Foram analisados os números com relação às cartas convite realizadas apenas pela EEMTI Maria do Carmo Bezerra correspondendo ao mesmo período, 2018 e 2019. No gráfico observamos que, assim como o total de escolas da CREDE-8, houve um decréscimo no número de cartas convite realizadas pela

escola, onde em 2018 foram um total de 8 (oito) e em 2019 apenas 3 (três), gerando um total de 11 cotações nos dois anos.

Gráfico 03- Cartas Convite realizadas pela escola EEMTI Maria do Carmo Bezerra em 2018 e 2019

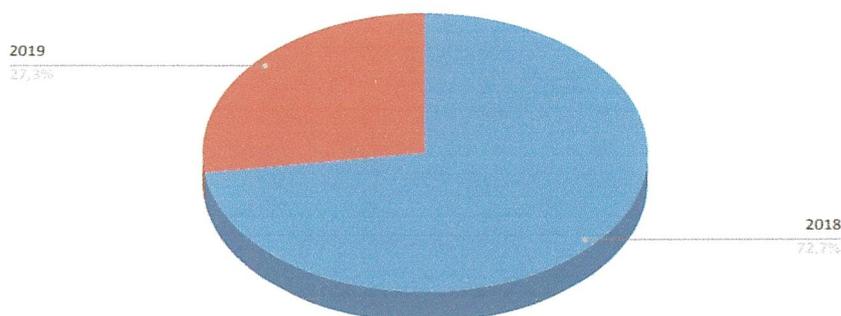


Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (2019)

O gráfico 04 demonstra percentualmente o número de cotações realizadas pela EEMTI Maria do Carmo Bezerra em relação ao total dos dois anos de 2018 e 2019. O decréscimo percentual da realização de cartas convite foi de 45,45%, número bastante superior à média analisada das escolas da CREDE-8.

Gráfico 04- Percentual de Cartas Convite realizadas pela EEMTI Maria do Carmo Bezerra em 2018 e 2019.

EEMTI Maria do Carmo Bezerra



Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (2019)

Esse decréscimo no número de cartas convite pode indicar uma mudança com relação às práticas de aquisição, que pode estar relacionada diretamente ou não com a utilização do sistema de cotação eletrônica.

Grande parte do orçamento repassado às escolas refere-se à alimentação escolar, que possui portaria própria e seu valor é calculado de acordo com o número de alunos matriculados no último censo. Quanto aos materiais de manutenção (material de limpeza, expediente, laboratorial, copa e cozinha, gás de cozinha, serviços, etc.) geralmente a portaria é disponibilizada e cada escola realiza seu planejamento realizando a distribuição do recurso entre os objetos necessários, precedido da pesquisa de preço de mercado.

Na contratação de bens e serviços com valores que se enquadrem dentro dos limites da cotação é preterido a utilização do sistema para a contratação, sendo que não é impeditivo à utilização da carta convite para realizar a contratação.

Nos processos relacionados à obras e serviços de engenharia, que não foram especificamente estudados neste trabalho, apresentam uma forte tendência à serem contratados por carta convite, muitas vezes por se tratarem de contratações com um orçamento superior ao permitido pela modalidade da cotação eletrônica ou que não se enquadrem à modalidade.

Quadro 02- Número total de cotações das escolas da CREDE-8 entre 2018 e 2019.

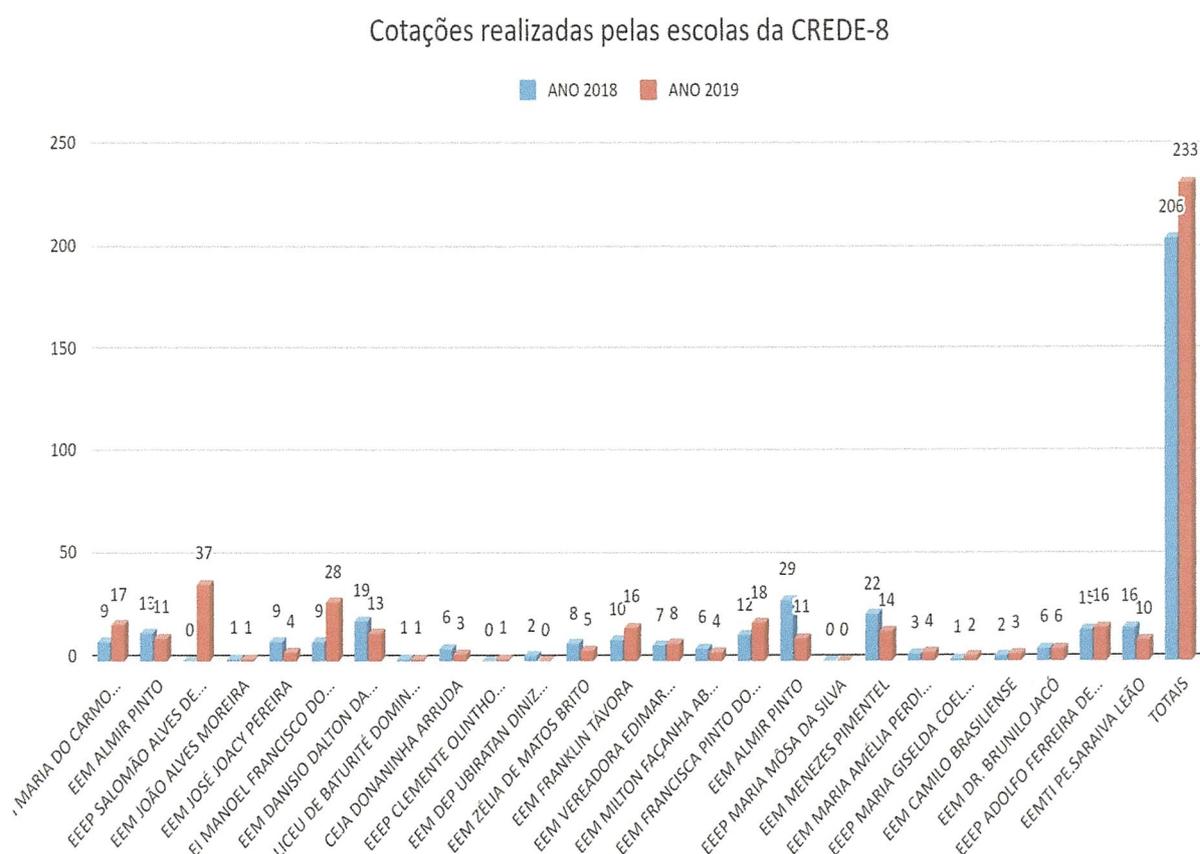
TOTAL DE COTAÇÕES DAS ESCOLAS DA CREDE-8					
CIDADE	ESCOLAS CREDE 8	ANO 2018	ANO 2019	TOTAL	%
ACARAPE	EEMTI MARIA DO CARMO BEZERRA	9	17	26	5,92%
ARACOIABA	EEM ALMIR PINTO	13	11	24	5,47%
ARACOIABA	EEEP SALOMÃO ALVES DE MOURA	0	37	37	8,43%
ARACOIABA	EEM JOÃO ALVES MOREIRA	1	1	2	0,46%
ARATUBA	EEM JOSÉ JOACY PEREIRA	9	4	13	2,96%
ARATUBA	EI MANOEL FRANCISCO DOS SANTOS	9	28	37	8,43%
BARREIRA	EEM DANÍSIO DALTON DA ROCHA CORREA	19	13	32	7,29%
BATURITÉ	LICEU DE BATURITÉ DOMINGOS SÁVIO	1	1	2	0,46%
BATURITÉ	CÉJA DONANINHA ARRUDA	6	3	9	2,05%
BATURITÉ	EEEP CLEMENTE OLINTHO TÁVORA ARRUDA	0	1	1	0,23%
CAPISTRANO	EEM DEP UBIRATAN DINIZ AGUIAR	2	0	2	0,46%
GUARAMIRANGA	EEM ZÉLIA DE MATOS BRITO	8	5	13	2,96%
ITAPIUNA	EEM FRANKLIN TÁVORA	10	16	26	5,92%
ITAPIUNA	EEM VEREDORA EDIMAR MARITINS	7	8	15	3,42%
MULUNGU	EEM MILTON FAÇANHA ABREU	6	4	10	2,28%
OCARA	EEM FRANCISCA PINTO DOS SANTOS	12	18	30	6,83%
OCARA	EEM ALMIR PINTO	29	11	40	9,11%
OCARA	EEEP MARIA MÔSA DA SILVA	0	0	0	0%
PACOTI	EEM MENEZES PIMENTEL	22	14	36	8,2%
PALMÁCIA	EEM MARIA AMÉLIA PERDIGÃO	3	4	7	1,59%
PALMÁCIA	EEEP MARIA GISELDA COELHO TEIXEIRA	1	2	3	0,68%
EDENÇÃO	EEM CAMILO BRASILIENSE	2	3	5	1,14%
REDENÇÃO	EEM DR. BRUNILO JACÓ	6	6	12	2,73%
REDENÇÃO	EEEP ADOLFO FERREIRA DE SOUSA	15	16	31	7,06%
REDENÇÃO	EEMTI PE. SARAIVA LEÃO	16	10	26	5,92%
TOTAIS		206	233	439	100%

Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (2019)

No Quadro 02 foram selecionados apenas os dados relacionados às cotações realizadas pelas escolas da CREDE-8, com seus respectivos quantitativos e porcentagens relacionados aos anos de 2018 e 2019.

As mesmas informações foram demonstradas graficamente, de acordo com o gráfico 05, onde foi demonstrado a relação entre as quantidades de cotações realizadas por cada escola da CREDE-8.

Gráfico 05- Cotações realizadas pelas escolas da CREDE 8 em 2018 e 2019.



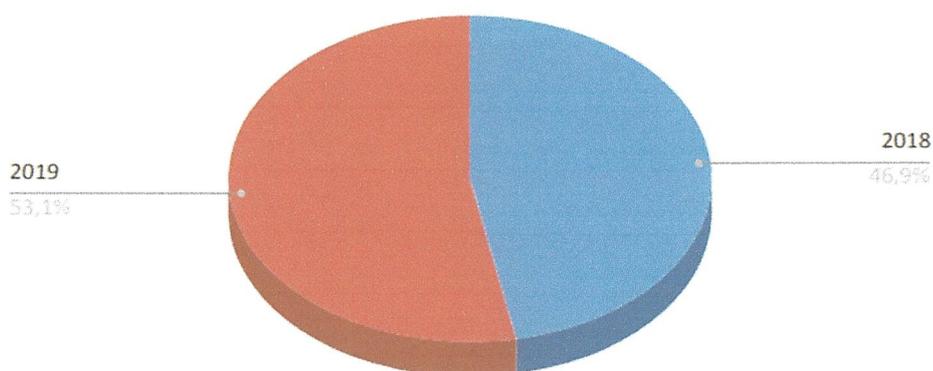
Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (2019)

Com o auxílio do Quadro 02 podemos verificar no gráfico 05 que 14 (quatorze) das 24 (vinte e quatro) escolas analisadas tiveram um aumento do uso da cotação eletrônica com relação ao ano anterior, algumas com números significativos como a EEP Salomão Alves de Moura de Aracoiaba, outras mantiveram os quantitativos nos dois anos como a EEM João Alves Moreira de

Aracoiaba, Liceu de Baturité Domingos Sávio e EEM Dr. Brunilo Jacó, o restante tiveram um número menor de cotações em 2019 com relação à 2018.

Gráfico 06- Percentual das Cotações realizadas pela CREDE-8 em 2018 e 2019.

Escolas CREDE 8

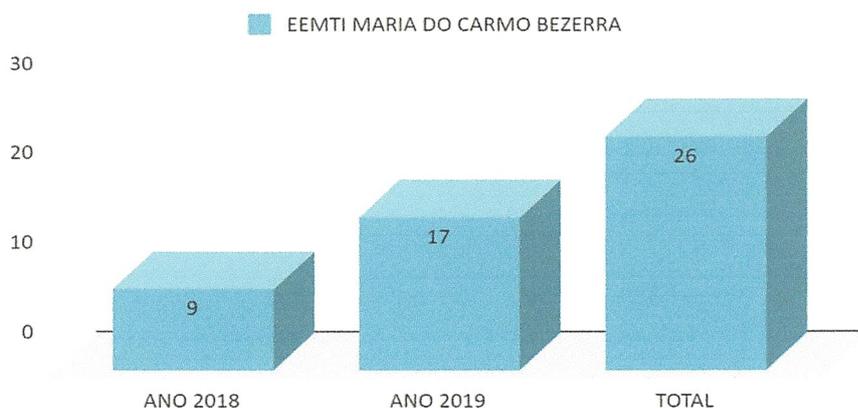


Fonte: Secretaria de Educação do estado do Ceará (2019)

Percentualmente as cotações realizadas pelas escolas da CREDE-8 tiveram um crescente em 2019 com relação à 2018, ratificando os dados informados no gráfico 05. O crescimento percentual foi de 6,5%.

Gráfico 07- Cotações realizadas pela EEMTI Maria do Carmo Bezerra em 2018 e 2019.

Cotações realizadas pela EEMTI MARIA DO CARMO BEZERRA em 2018 e 2019

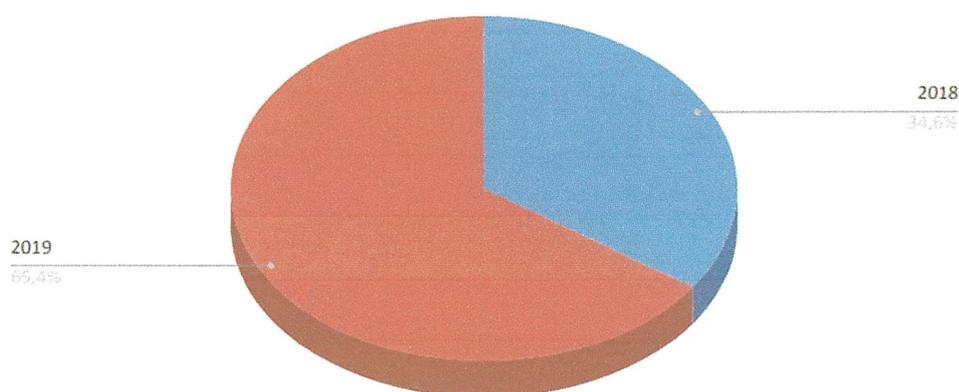


Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (2019)

Já na EEMTI Maria do Carmo Bezerra o crescimento na utilização das cotações conforme gráfico 07 representou um aumento percentual de 30,77% em 2019 com relação à 2018, conforme analisamos também no gráfico 08.

Gráfico 08- Percentual das Cotações realizadas pela EEMTI Maria do Carmo Bezerra em 2018 e 2019.

EEMTI Maria do Carmo Bezerra



Fonte: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (2019)

A quantidade de cotações realizadas tanto pela CREDE-8 como especificamente na EEMTI Maria do Carmo Bezerra sofrem influências com relação ao valor de recursos recebidos e de como é realizado o planejamento para sua aplicação.

A partir da análise realizada sobre a utilização do sistema S2GPR para cotação eletrônica e outras modalidades de licitação, verificou-se que mesmo com fatores alheios à pesquisa e pela contabilização apenas das operações de contratação que tiveram êxito em sua finalização, existe uma tendência à utilização do sistema de cotação eletrônica não apenas na EEMTI Maria do Carmo Bezerra, mas em maioria das escolas da CREDE-8.

Na pesquisa de campo aos processos licitatórios da EEMTI Maria do Carmo Bezerra, foi observado que a escola vem alterando sua rotina de contratações, realizando a maioria de suas aquisições através do Sistema de

Cotação eletrônica, como também observado na análise dos gráficos apresentados.

5.1 Coleta de dados secundários e entrevista

Na complementação da pesquisa, foi realizada entrevista com o atual diretor da escola Maria do Carmo Bezerra, sobre a importância das Tecnologias da Informação e Comunicação e da implantação do sistema de cotação eletrônica e de como sua utilização influenciou na gestão escolar.

O atual diretor iniciou suas funções como gestor escolar no ano de 2002 e em 2011 na Escola Maria do Carmo Bezerra, que na época trabalhava com o sistema regular de ensino encerrado no ano de 2019, sendo no ano de 2020 concluída a transição para o Ensino em Tempo Integral, atualmente o gestor encontra-se em sua segunda gestão na EEMTI Maria do Carmo Bezerra.

Sobre as Tecnologias da Informação e Comunicação-TIC's, buscou-se saber na visão do gestor como a utilização dessas ferramentas poderiam melhorar a gestão escolar. Conforme relata, "as TIC's auxiliam no planejamento, implementação e controle dos processos realizados pela escola" (ARAÚJO, 2019).

Isso promove um maior aproveitamento do orçamento e ganho de tempo com relação à execução e finalização dos processos, além de uma maior agilidade no controle das informações não apenas no setor financeiro (*responsável pela realização das licitações*), mas de outros sistemas utilizados pela escola no controle de matrícula, frequência de alunos e servidores, aproveitamento, notas, evasão escolar, transferências, etc. Sendo que o principal ganho se dá com o redirecionamento da atenção do gestor às questões pedagógicas da escola, antes oprimida pelas demandas mais burocráticas da escola relacionadas às contratações que a escola realizava apenas em modalidades mais dispendiosas (ARAÚJO, 2019).

A escola Maria do Carmo Bezerra, conforme relata, começou a utilizar o sistema de cotação eletrônica em 2015, a apresentação do sistema se deu inicialmente aos diretores escolares em reunião na sede da CREDE-8 no

município de Baturité, sendo ministrada por um técnico da SEFAZ/CE (Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará).

Não houve de fato um treinamento, apenas uma apresentação do sistema. A utilização na prática do sistema de cotação foi vivenciada mais no dia a dia da escola, com o auxílio do assessor financeiro, que é o funcionário contratado para assessorar o diretor na execução tanto dos sistemas como dos processos (ARAÚJO, 2019).

O diretor assume nos processos de cotação a função de ordenador de despesas, ou seja, aquele que assume a gerência da execução orçamentária. O sistema tornou-se uma alternativa às outras modalidades e traz uma redução na burocracia dos processos físicos, já que a papelada gerada é consideravelmente menor e a finalização é bem mais rápida considerando a modalidade da Carta Convite (ARAÚJO, 2019).

Após a implantação do sistema de cotação eletrônica, “esta tem sido a modalidade mais utilizada, pois permite a aquisição de grande parte dos materiais necessários ao funcionamento da escola de forma mais rápida” (ARAÚJO, 2019). Isso reforça a idealização de um sistema que foi criado para dar celeridade aos processos agregado aos benefícios de novos sistemas tecnológicos utilizados pela administração pública.

As principais vantagens são: a celeridade das contratações, já que algumas não necessitam de contrato, pois a entrega dos produtos é imediata; diminuição da burocracia na seleção, contratação, entrega dos produtos e pagamento aos fornecedores, como também da documentação envolvida; contato mínimo com os fornecedores, o que fortalece a impessoalidade nas contratações; possibilidade de contratar fornecedores de outros estados, diminuindo os riscos de fracasso dos processos já que abrange um número maior de participantes (ARAÚJO, 2019).

Como todo sistema recém implantado, o S2GPR ainda encontra-se em aperfeiçoamento, o esperado é que os procedimentos realizados no sistema consigam migrar automaticamente para o Sistema de Acompanhamento de Aquisições (SAA), que é o sistema onde são cadastradas as informações sobre as licitações e cotações finalizadas no S2GPR.

Essa é considerada uma das desvantagens da utilização do S2GPR, já que após a finalização das licitações /cotações, todas as informações e documentações tanto físicas como geradas pelo sistema necessitam ser informadas e digitalizadas manualmente para cadastramento no SAA (ARAÚJO, 2019). O SAA é um sistema importante onde as licitações são cadastradas e acompanhadas pelos setores da SEDUC, CREDE's e escolas e faz parte dos vários sistemas utilizados pela Secretaria de Educação.

6. CONCLUSÃO

A proposta do presente artigo foi realizar um estudo de caso sobre a utilização do Sistema de Cotação Eletrônica (S2GPR), observando os aspectos e características tecnológicas e de Inovação que o sistema pudesse apresentar nas contratações de bens e serviços pela EEMTI Maria do Carmo Bezerra e no melhoramento da gestão escolar.

Nesse contexto, o foco do estudo de caso não se direcionou apenas às características da modalidade da Cotação Eletrônica, mas principalmente às questões tecnológicas ligadas à utilização da modalidade e como a utilização do sistema poderia representar um método que atendesse as expectativas geralmente atribuídas à novos sistemas criados e implementados ao setor público.

A análise bibliográfica e documental permitiu ampliar o entendimento para a abordagem da inovação, relacionando os esforços do Estado na busca da implementação de novas tecnologias aos processos realizados por seus órgãos, reforçando o entendimento de que o Setor Público assim como o Privado está investindo em capacitação tecnológica e inovação.

A importância destacada pelo gestor escolar com relação à implantação do sistema no ambiente financeiro da escola como um benefício tecnológico inovador, relatando os benefícios não apenas na eficiência dos processos licitatórios, mas na contribuição direta pela possibilidade de direcionar mais atenção às demandas pedagógicas da escola, que são funções não apenas dos coordenadores e professores, mas essencialmente uma questão que inclui a direção em seu acompanhamento.

O sistema, segundo entrevista com o diretor, mostrou-se eficiente à gestão também com relação à celeridade das aquisições realizadas, já que o funcionamento adequado de qualquer instituição depende de um ambiente adequado e com condições de propiciar a utilização dos recursos necessários para realização das tarefas, imprescindível em um ambiente escolar dinâmico e com diversas demandas.

Dificuldades também foram relatadas com relação à algumas funcionalidades do sistema, como também da proposta de desburocratização dos processos em relação à utilização de um sistema que ideologicamente foi proposto para dirimir a papelada gerada pelas contratações, o que abre um precedente para novas pesquisas com relação ao tema de inovação e tecnologias, em especial sobre a possibilidade de interação entre sistemas no setor público.

A partir das observações apresentadas, conclui-se que os objetivos da presente pesquisa foram alcançados, sendo eles: compreender como a aplicação e utilização do sistema de cotação eletrônica pode representar um método eficiente em alternativa à outras modalidades; verificar como e se o sistema contribuiu com as demandas da instituição; observar se a implementação do sistema alterou as características das contratações realizadas pela escola, e do objetivo principal que é verificar as contribuições com a utilização do sistema para a gestão escolar.

O estudo apresentado pretende contribuir para as pesquisas relacionadas às Tecnologias da Informação e Comunicação no Setor Público, através de uma abordagem que buscou identificar possíveis melhorias à gestão escolar pela utilização de um sistema inovador e que contribui para o reconhecimento da gestão pública como potência na pesquisa e utilização de mecanismos que contribuem diretamente para a prestação de um serviço público eficiente e de qualidade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Nara Gabriela Nascimento de. *A importância da metodologia científica através do projeto de pesquisa para a construção da monografia*. Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação. v.2, n.1, p.57-66, Jan/Jun. 2016. Disponível em:< <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/53439>>. Acesso em: 07 de Dez.2019.

AMARAL, Eduardo Diniz. *Tecnologia e Inovação*. Montes Claros: Instituto Federal do Norte de Minas Gerais, n.1. 2015.

BRASIL. **Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993**. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.1993. Brasília, [1993]. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm>. Acesso em: 29 de Jun.2018.

BRASIL. **Lei nº10.973, de 02 de Dezembro de 2004**. Dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências. 2004. Brasília, [2004]. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm>. Acesso em: 28 Jun. 2018.

BRASIL.. **Portaria nº306 de 06 de Dezembro de 2001**. Dispõe sobre as instruções gerais e procedimentos para utilização do sistema de cotação eletrônica de preços. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Gabinete do ministro. 2001. Disponível em:<http://www.comprasnet.gov.br/legislacao/portarias/p306_01.htm>. Acesso em: 16 Out. 2019.

BRASIL. **Constituição Federal**. 1988, Art. 165. Da tributação e orçamento. 1988. Brasília. Disponível em:<https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_14.12.2017/art_165_.asp> Acesso em: 26 Ago. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 29.623, de 14 de Janeiro de 2009**. Regulamenta a execução orçamentária das despesas mediante a descentralização do orçamento entre os órgãos e entidades das administrações direta e indireta do poder executivo. Disponível em: <<https://www.sema.ce.gov.br/execucao-orcamentaria/>>. Acesso em: 14 Set. 2019.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão**. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. Comprasnet : informações gerais / Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. - Brasília: MP, 2005. 14p.

BRUNO-FARIA, Maria de Fátima; FONSECA, Marcos Vinícius de Araújo. *Cultura de Inovação: Conceitos e Modelos Teóricos*. Revista de Administração Contemporânea, Rio de Janeiro, v.18, n.4, art.1, pp.372-396, Jul./Ago. 2014.

CAVALCANTE, Pedro. et al. ***Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil***. Brasília. Enap: Ipea, 2017.

CEARÁ. Decreto nº28.397 de 21 de Setembro de 2006. Dispõe sobre o procedimento de cotação eletrônica, para aquisição de bens e serviços comuns de pequeno valor, e dá providências correlatas. 2006. Fortaleza, [2006]. Disponível em:<<https://www.portalcompras.ce.gov.br/consultas/legislacao-de-compras/>>. Acesso em: 23 Nov. 2018.

COMPRASGOVERNAMENTAIS. Novo Portal de Compras. [S.l] [2019?] Disponível em:<<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/novo-portal-de-compras>> Acesso em: Set. 2018.

DINIZ, Eduardo Henrique; FALEIROS, Sarah Martins; OLIVEIRA, Lya Cynthia Porto de. ***Sistemas de informação em políticas sociais descentralizadas: uma análise sobre a coordenação federativa e práticas de gestão***. Revista da Administração Pública. Rio de Janeiro. pp. 23-46, Jan./Fev. 2015.

FERNANDES, Ciro Campos Christo. ***Transformações na gestão de compras da administração pública brasileira***. Publicado em: Compras Públicas, ano 1, n. 5, 2008, pp. 50-70.

FREITAS, Antonia Dalila Saldanha de. ***Gestão Financeira da Política de Ensino Médio Integrado e Integral do Ceará***. 2014. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública). Faculdade de Educação, Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, 2014.

PORTALDECOMPRAS. Secretaria de Planejamento e Gestão. 2017. Fortaleza, [2017]. Disponível em: <<https://www.portalcompras.ce.gov.br/institucional/>>. Acesso em: 29 Ago. 2018.

POZZEBON, Mariel; FREITAS, Henrique M. R. de. ***Por um conjunto de princípios que possibilitem a construção de novos modelos de sistemas de informação***. Revista da Administração Pública, Rio de Janeiro, pp. 87-104, Set./Out. 1997.

PRAÇA, Fabíola Silva Garcia. ***Metodologia da Pesquisa Científica: Organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão***. Revista Eletrônica "Diálogos Acadêmicos". N.1, p.72-87, Jan-Jul. 2015.

SANTOS, Adriana B. A. dos; FAZION, Cíntia B.; MEROE, Giuliano P. S de. ***Inovação: um estudo sobre a evolução do conceito de Schumpeter***. Caderno de Administração. Revista da Faculdade de Administração da FEA. v.5, n.1, 2011.

SILVA, Cylon Gonçalves da. et al. ***Ciência, Tecnologia e Inovação: desafio para a sociedade brasileira***. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia / Academia Brasileira de Ciências. 2001.

TIGRE, Paulo Bastos. *Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil*. 7. Ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora Ltda, 2006.

APÊNDICE

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista ao Diretor da EEMTI Maria do Carmo Bezerra

1 – CARACTERIZAÇÃO DO DIRETOR.

1.1 Quando iniciou as suas funções como diretor escolar?

1.2 Na sua opinião, como as TIC's (Tecnologias da Informação e Comunicação) podem melhorar a gestão escolar?

2- SOBRE A COTAÇÃO ELETRÔNICA.

2.1 Há quanto tempo a Escola Maria do Carmo Bezerra utiliza o Sistema de Cotação Eletrônica?

2.2 Como se deu o processo de implantação do sistema de Cotação Eletrônica na EEMTI Maria do Carmo Bezerra?

2.3 Qual a modalidade licitatória mais utilizada pela escola e por quê?

2.4 Qual o papel do diretor no processo de Cotação Eletrônica?

2.5 O senhor considera a Cotação Eletrônica como um sistema inovador nas contratações públicas? Por quê?

2.6 Em sua opinião, quais as vantagens e desvantagens da utilização da Cotação Eletrônica?